**Mulheres debatem Violência Política no último dia do Conexidades**

O primeiro painel deste sábado no 4º Conexidades tratou da Violência Política contra as Mulheres. A mesa foi composta pela Juíza do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, Amini Haddad, a Promotora de Justiça do Estado de São Paulo, especialista em defesa da mulher e idealizadora do Projeto Justiceiras, Gabriela Manssur, a Presidente do Conselho Superior Feminino da FIESP e Presidente Nacional da Virada Feminina, Marta Livia Suplicy, a Presidente Executiva da UVESP, Silvia Melo, a Prefeita Municipal de Ubatuba, Flávia Pascoal, a Vereadora de Santa Cruz do Rio Pardo, Mariana Fernandes, a Vereadora de Olímpia, Edna Marques, e a Vereadora de Olímpia, Cristina Reale, a Presidente do CEAME, Dalva Christofoletti, Vereadora de Três Fronteiras, Mariene Maia, e a Sócia Lider Educadora na Ciranda Cultural Editora e Distribuidora, Clécia Aragão.

A Presidente Executiva da UVESP abriu o painel reforçando o objetivo do Conexidades: “a coisa mais importante para nós é a construção da grade e dos painéis. E pela primeira vez eu trago a questão feminina para a pauta. Não dá para a mulher ser só estatística. É um compromisso meu de não faltar a pauta feminina no Conexidades”.

Em sua fala, Amini Haddad comentou sobre fatores que desqualificam do gênero feminino, historicamente. “Percebi algo tão drástico que “legitima” essa conduta na sociedade. Estou falando de estruturas de linguagens que mapeiam todas as culturas em todos os países”.

Falou também que o Brasil aprovou importantes legislações para a mudança cultural no último ano, como a Lei do Crime de Stalking, a legislação que vem detalhar a violência contra a mulher no ambiente escolar, e a legislação contra a violência política. “São construções que temos nos diálogos internacionais e só agora conseguimos falar no Brasil”.

Segundo a Juíza do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, no âmbito político, as projeções continuam sendo as culturais. “As questões naturalizadas de desqualificação do feminino tornam possível também essa modalidade de violência. Caçar a palavra, desqualificar a fala, trazer a secundarização da participação da mulher, nada mais é do que a projeção dessas relações sociais. Com base em um formato de linguagem que traz uma hierarquia entre o masculino e o feminino”.

E completou: “as mulheres não querem mais, mas não nós não queremos menos. Democracia é representação. Nós queremos ter mulheres competentes à frente das soluções que são imprescindíveis a este Brasil”.

Participou também a Promotora de Justiça do Estado de São Paulo, especialista em defesa da mulher e idealizadora do Projeto Justiceiras, que começou sua explanação enaltecendo o trabalho das mulheres pretas na política e apresentou dados de que, a cada três mulheres, uma sofre algum tipo de violência de gênero.

“A necessidade de falarmos com os homens é uma reflexão. A conscientização que não é uma causa das mulheres. São direitos, são vidas, são sonhos. Quando uma mulher é impedida de exercer os seus sonhos, os seus direitos e os seus talentos, toda uma família se desestrutura. A pauta é feminina, é das mulheres, como vocês podem colaborar para tirar o Brasil do vergonhoso 5º lugar do mundo que mais mata mulher simplesmente por ser mulher”

Observando a necessidade de discutir a vida e o direito das mulheres com elas próprias, Gabriela Manssur criou o primeiro núcleo especializado de violência contra a mulher do Estado de São Paulo.

“Comecei a ver que eu estava discutindo a vida e os direitos das mulheres com os homens. Sem a participação das mulheres. Deve haver a participação das mulheres nas questões que dizem respeito ao exercício dos nossos direitos”.

Em sua fala, a Promotora afirmou ainda que é preciso criar espaço para mais mulheres para a política, dando estrutura, políticas públicas e orçamento.

“Os cargos políticos de todos os órgãos públicos, poderes instituídos. Nos temos que saber que há necessidade de mais mulheres nesses postos, sim. Mas não estamos nesses cargos porque somos mais sensíveis, porque precisa ter o olhar feminino, porque somos multitarefas, ou porque queremos aparecer. Nós temos o direito de ocupar esses espaços. É um direito nosso. Não podemos ser lanterninhas, temos que ser cidadãs de primeira categoria”, finalizou.

Marta Livia Suplicy encerrou o painel afirmando que o não as vezes é o grande trampolim para a vida.

A Presidente do Conselho Superior Feminino da FIESP e Presidente Nacional da Virada Feminina explicou que este movimento nasceu pra mostrar na prática que as mulheres estão juntas.

“A gente tem que conhecer o que a gente faz e o que a gente gosta. A idoneidade do que a gente fala e transmite é o fundamental. Temos que lutar por mais mulheres nos espaços de representatividade, mais mulheres nas executivas dos partidos, mais mulheres nos espaços legislativos, mais mulheres nas indústrias. Mas a gente tem que respaldar a gestão de cada uma. Nós temos essa obrigação. A violência política acontece também quando nós não respaldamos e não legitimamos a representatividade de vocês. A sociedade civil e os movimentos femininos têm que ter responsabilidade pelo aumento dos números de representatividade”, disse.

A palestrante ainda convidou a Presidente da UVESP, Silvia Melo, para ancorar um dos 13 grupos de trabalho da Virada Feminina, que será voltado para a mulher na política.